



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: DIP078 Direito Eleitoral

Tipo: () Obrigatória (x) Optativa

Carga horária: 45 horas/aula

Créditos: 3

Período: não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios: DISCENTES A PARTIR DO 6º PERÍODO, MAS PREFERENCIALMENTE, DISCENTES DO 9º E 10º PERÍODOS

Ementa

Contribuir para uma reflexão acerca do DIREITO ELEITORAL constitucionalmente adequada ao paradigma jurídico do Estado Democrático de Direito, como “chave interpretativa” – que possibilita compreender (no horizonte das tradições do constitucionalismo) e reconstruir (os princípios que dão sentido às tradições constitucionalistas) – do Direito Constitucional, visto tanto como ciência – discurso científico sobre a “ordem constitucional e processo eleitoral” – quanto como sistema normativo – princípios, regras e procedimentos na sua dinâmica de produção e reprodução normativa. Direito Político e Direitos políticos. Direito Eleitoral: definições e conceitos. Legislação Eleitoral. Processo eleitoral. Ações e recursos eleitorais.

Unidades de Ensino

• Unidade de Ensino 1

Direito Eleitoral: fundamento; objeto; fontes; relacionamento com outras disciplinas jurídicas.

• Unidade de Ensino 2

Representação popular e democracia representativa.

• Unidade de Ensino 3

Organização eleitoral. Voto. Modalidades. Sistemas eleitorais.



Faculdade de Direito da UFMG

- **Unidade de Ensino 4**

Justiça eleitoral.

- **Unidade de Ensino 5**

Ministério Público Eleitoral.

- **Unidade de Ensino 6**

Capacidade eleitoral.

- **Unidade de Ensino 7**

Alistamento eleitoral.

- **Unidade de Ensino 8**

Elegibilidade.

- **Unidade de Ensino 9**

Partidos políticos: natureza jurídica; classificação; criação; funcionamento; fusão e extinção.

- **Unidade de Ensino 10**

Sistemas partidários. Aliança partidária.

- **Unidade de Ensino 11**

Eleição.

- **Unidade de Ensino 12**

Garantias eleitorais.

- **Unidade de Ensino 13**

Propaganda eleitoral.

- **Unidade de Ensino 14**

Atos preparatórios à votação. Divisão eleitoral. Mesas receptoras.



Faculdade de Direito da UFMG

• Unidade de Ensino 15

Votação.

• Unidade de Ensino 16

Apuração eleitoral. Proclamação e diplomação dos eleitos.

• Unidade de Ensino 17

Invalidez dos atos eleitorais.

• Unidade de Ensino 18

Recursos eleitorais.

• Unidade de Ensino 19

Crimes eleitorais.

• Unidade de Ensino 20

Processo penal e processo disciplinar no Direito Penal Eleitoral.

ELECTION LAW COURSE UNITIES

1. Election Law: foundation; object; sources; and connections to other legal disciplines.
2. People's representation and representative democracy.
3. Elections' organization: the vote and electoral systems.
4. Electoral Justice System: Courts.
5. Electoral Justice System: Federal Attorney.
6. Voting rights.
7. Voter registration.
8. Eligibility requirements
9. Political parties: nature; classification; creation; role; mergers; extinction.
10. Parties' systems. Parties' Alliances.
11. Elections.
12. Elections' guarantees.
13. Advertisement.
14. Preparation acts. Divisions. Receiving tables.
15. Voting.
16. Vote count. Proclamation and inauguration of those elected.



Faculdade de Direito da UFMG

17. Act's invalidities.
18. Appeals
19. Electoral crimes.
20. Criminal and disciplinary proceedings.

Bibliografia básica

Legislação eleitoral TSE

Constituição Brasileira de 1988

RIBEIRO, Fávila. Direito eleitoral. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de direito eleitoral. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CÂNDIDO, Joel. J. Direito eleitoral brasileiro. Bauru (SP): EDIPRO.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral, 18ª ed., São Paulo, Atlas, 2022

Bibliografia complementar

AUSTIN, John. Sobre la utilidad del estudio de la jurisprudencia. Madri: Centro de Estudios Constitucionales. 1981

BEHRMANN, Rafael Maria de B. La concreción del poder político. Madrid: Universidade de Navarra, 1964. 185 p.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 1.996.

_____, O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas: limites e possibilidade da Constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1.993.

CAMPOS SILVA, Adriana; ALVES, Adamo Dias (Org.) . Estudos de Direito Político. 1. ed. Andradina - SP: Editora Meraki, 2021. v. 1. 232p .

CAMPOS SILVA, Adriana; Braga, Sabrina de Paula . Uma política de reconhecimento: a lista fechada preordenada por gênero com posição competitiva para a mulher. ESTUDOS ELEITORAIS, v. 14, p. 15-31, 2020.

CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. . Governo representativo e crise do direito democrático: a confusão entre 'democrático' e 'eleitoral'. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 120, p. 13-53, 2020.

CAMPOS SILVA, Adriana; BORGES, Gabriel. A. M. . Cláusula de desempenho partidário: uma análise de cenários. Textos para Discussão, v. 261, p. 1-24, 2019.

CAMPOS SILVA, Adriana; DE OLIVEIRA MORAIS, RICARDO MANOEL . A REDUÇÃO MODERNA DA POLÍTICA À ECONOMIA: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA E ARENDTIANA - 10.12818/P.0304-2340.2017V70P23. Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais, v. 70, p. 23-49, 2018.

CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. . As teorias da soberania: uma análise a partir de Foucault. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 12, p. 272-292, 2017.

CAMPOS SILVA, Adriana; SANTOS, P. P. ; Júlia Rocha de Barcelos . Democracia e informação: o voto nulo no Brasil. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 22, p. 257-277, 2017.



Faculdade de Direito da UFMG

- CAMPOS SILVA, Adriana; Assis, Christiane Costa . Direito, Interpretação Constitucional e Interpretação Conforme a Constituição. Revista Paradigma, v. 26, p. 153, 2017.
- CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. . . O liberalismo econômico e as práticas de segurança: o -avesso- das democracias liberais.. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 62, p. 221-242, 2017.
- CAMPOS SILVA, Adriana; MORAIS, Ricardo. M. O. . Retórica e parresía no contexto democrático. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO, v. 8, p. 318-331, 2016.
- CARVALHO, Orlando Magalhães. Ensaio de sociologia eleitoral. Belo horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958
- CAPPELLETTI, Mauro. O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado. Trad. Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1984.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito constitucional processual e direito processual constitucional: limites da distinção em face do modelo constitucional brasileiro do controle jurisdicional de constitucionalidade. Jornal da Pós-Graduação em Direito da FD-UFMG, a. 2, n. 13, p. 6, jun. 2000.
- _____. Devido processo legislativo: uma justificação democrática do controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e do processo legislativo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin. A Fiscalização Abstrata de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- DINIZ, Márcio Augusto Vasconcelos. Constituição e Hermenêutica Constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 1998.
- DWORKIN, Ronald. A Matter of Principle. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- DWORKIN, Ronald. Ética privada e igualitarismo político. [Tradução Antonio Domenech]. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993. 200 p
- FERRARA, Francesco. Interpretação e Aplicação das Leis. 4a ed. Coimbra: Arménio Amado, 1987
- HORTA, Raul Machado. Estrutura, Natureza e Expansividade das Normas Constitucionais. Belo Horizonte; Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 33, n. 33, p. 1-28, 1991.
- RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. [Tradução Vamireli Chacon]. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 461 p
- sobre a igualdade formal. São Paulo: Edicom, 1995.
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva. As novas garantias constitucionais: o mandado de segurança coletivo, o 'habeas data', mandado de injunção e a ação popular para defesa da moralidade administrativa. Rio de Janeiro: Revista Forense, p. 306:334, abr./jun., 1989.
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Dos remédios e garantias constitucionais. São Paulo: Revista de Direito Público, abr./jun., 1990



Faculdade de Direito da UFMG